



PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

AUT N°010/2022

Autorização Ambiental Terraplanagem — Processo 2022/212

A Superintendência de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos art.23,VI art.30 e art.225, §1º da Constituição Federal de 1988 Lei Complementar nº140, de 8 de Dezembro de 2011, DOU DE 09-12-2011 em seu art.9 art.10 da lei Federal nº6938 de 1981,pelo art.6ºde Resolução CONAMA nº237 de 1997,pela Resolução CONSEMA nº 10, de 17 de dezembro de 2010 e pelo inciso I do artigo 33º do Código Ambiental Municipal Lei nº 3.397/2011, Convênio com a FATMA/Termo de Delegação de Atribuições: 049/2013, bem como Resolução CONSEMA nº 005 de 03 de agosto de 2012, Resolução CONSEMA 099/2017, concede a presente autorização à atividade abaixo descrita:

EMPREENDEDOR:

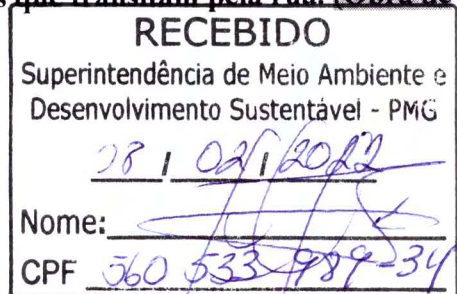
Nome: Prefeitura Municipal de Gaspar
CPF / CNPJ: 83.102.244/0001-02

Endereço: Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435 Bairro: Centro – Gaspar SC
PARA ATIVIDADE DE:

Descrição da atividade: Terraplenagem / Corte / Aterro / Drenagem / Pavimentação.

Justificativa da obra: Facilitar o acesso e a rodagem de veículos que transitam pela rua. (Obra de interesse público).

Extensão: 2,12 KM (KM 3+180 a 5+300)
Área Total de Terraplenagem: 32.221,00 m²
Área Total de Pavimentação: 23.103,61 m²
Volume total de Corte: 21.683,00 m³
Volume total de Aterro: 8.407,00 m³
Drenagem: 32.221,00 m²



Coordenadas Geográficas: Início: 26°56'45.86"S 48°52'31.25"W Final: 26°57'41.76"S 48°53'11.43"W
Área de APP –Deverá ser demarcada e respeitada, intervir somente na área autorizada em projeto.

Nome do empreendimento:

Endereço: Rua Leonardo Pedro Schmitt, s/nº– Macucos – Gaspar SC.

CONDIÇÕES GERAIS:

1. ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA O CORTE E/OU SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO DO MATERIAL REMOVIDO, O ATERRO COM RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SOBRE HIPÓTESE ALGUMA PODERÁ SER ATERRADO A VEGETAÇÃO ARBÓREA NATIVA.
2. Nas áreas aonde o material vier a ser comercializado, o requerente deverá providenciar licenciamento da área junto ao DNPM(CFEM).
3. Em terrenos próximos às rodovias, o proprietário deverá consultar previamente o DNIT,DEINFRA e a Polícia Rodoviária Estadual ou Federal sobre a viabilidade.
4. Todo material movimentado deverá permanecer dentro do imóvel, caso seja transportado para outro local este deverá possuir licença do órgão ambiental competente para recebê-lo.
5. Não formar taludes sem a devida contenção, bem como promover o plantio de vegetação adequada no prazo Máximo de 30(trinta) dias após a conclusão dos serviços, conforme Termo de Compromisso de Cobertura Vegetal.
6. Imediatamente após a conclusão dos serviços de terraplanagem o requerente deverá executar sistema de drenagem das águas pluviais.
7. Manter a via publica limpa e em perfeitas condições de tráfego diariamente.
8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros de acordo com a NBR 6122 e NBR 9061 da ABNT e Código Civil, observando rumos e visando a integridade de imóveis e adjacentes.
9. Manter esta Licença no local da obra durante a sua execução dos serviços de terraplanagem.
10. Esta Licença NÃO autoriza qualquer construção, limitando-se exclusivamente à terraplanagem.
11. É obrigatório no local licenciado estar identificado com placa contendo número da Autorização Ambiental e validade, expedida pela Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
12. Fica proibida a execução dos serviços de terraplanagem nos sábados à tarde, domingos e feriados. Ficando restrito de seg. a sex. das 7h às 18h e sáb. das 7h às 12h, Os níveis de ruídos produzidos pela atividade da empresa devem atender as diretrizes do Código Ambiental do Município de Gaspar, Lei 3934/2018 no seu art. 50.
13. Esta Licença fica sujeita ao cancelamento pelo descumprimento de qualquer uma de suas condições.

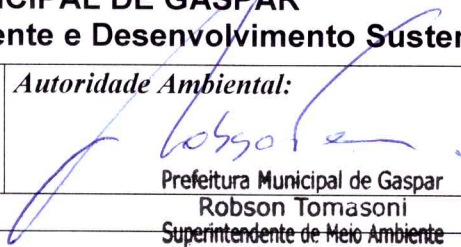
Esta Autorização Ambiental é válida pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias a contar da presente data de emissão, observada as condições deste documento, (verso e anverso) bem como seus anexos que embora não transcritos, são parte integrante do mesmo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Local e Data: *Gaspar, 07 de Fevereiro de 2022.*

Autoridade Ambiental:


Prefeitura Municipal de Gaspar
Robson Tomasoni
Superintendente de Meio Ambiente
Matricula 17.943

Documentos anexos ao processo:

- *Protocolo n° 212/2022;*
- *Requerimento padrão;*
- *Memorial descritivo;*
- *Plantas Levantamento Planialtimétrico / Seções e Perfis/ Terraplenagem/ Pavimentação / Drenagem;*
- *ART de projeto n° 6321809-3 Resp. Técnico Eng. Civil Rinaldo Manoel da Silveira CREA SC n° 031.576-7;*
- *ART de projeto n° 6321946-7 Resp. Técnica Eng. Sanitarista e Ambiental Andreza Martins CREA SC n° 065.816-3;*
- *Cronograma físico da execução das obras;*

Todos os documentos supracitados e complementares referente às autorizações encontram em poder da Secretaria de Planejamento Territorial;

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. A Execução da terraplenagem deve estar dentro dos limites apresentado em projeto;
2. Não é autorizada a intervenção em propriedades de terceiros;
3. Com as restrições contidas no processo de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor;
4. É obrigatória a identificação no local da obra com placa contendo o número da Licença Municipal bem como o nome e registro do profissional responsável;
5. Observar a legislação de acordo com o Plano Diretor Vigente;
6. Manutenção e limpeza da via.
7. A APP deverá ser demarcada e respeitada, intervindo somente na área autorizada em planta com fins de drenagem;
8. É necessário o controle de resíduos e poeiras eventuais que possam vier a surgir com a obra devendo a via pública ser lavada, molhada ou utilizar outro recurso para o controle das mesmas.
9. Todo material excedente devera ser encaminhado para local devidamente licenciado.
10. Implantar cobertura vegetal adequada nos taludes assim que os mesmos estiverem concluídos. Caso haja talude.
11. O material a ser depositado deverá ser extraído de um local devidamente licenciado;
12. Fica proibido aterro com resíduos de construção civil, rejeitos orgânicos bem como qualquer tipo de resíduo que possa contaminar o solo.
13. Deverá executar a drenagem ao longo da obra, impedindo assim que a água ou o solo oriundo da área licenciada atinja terreno de terceiros ou a via pública.
14. Respeitar valas de drenagem, faixas sanitárias, as quais necessitam de autorização para intervenção;
15. O responsável técnico deverá fazer o acompanhamento diário das movimentações de solo, bem como realizar diariamente análise e estudos do solo, eliminando assim quaisquer riscos de deslizamentos/ erosões bem como qualquer tipo de movimentação do solo oriundo da carga de aterro/ corte aplicada;
16. Esta licença não autoriza qualquer construção, devendo o requerente buscar autorização do setor responsável pela emissão da mesma;
17. Esta licença não da posse do terreno ao requerente;
18. Considera-se que o responsável técnico do projeto de terraplenagem tenha realizado o levantamento topográfico e a planta apresentada, bem como o projeto de terraplenagem está dentro dos limites estipulados no Auto de Imissão de Posse Provisória;
19. O responsável técnico é responsável pela implantação da drenagem, estando expressamente proibido causar danos a propriedades de terceiros;
20. Caso haja intervenção em terreno de terceiros deverá possuir autorização ou imissão de posse válido;
21. Considera-se que o responsável técnico tenha realizado todos os estudos e dimensionamento da bacia, e o diâmetro dos tubos à implantar será suficiente para o escoamento das águas pluviais;
22. Cabe ao responsável técnico e proprietário executarem a obra de acordo com as normas e legislações vigentes.
23. Esta licença não autoriza supressão de vegetação, caso haja necessidade de suprimir vegetação, deverá solicitar autorização na Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
24. Antes de iniciarem as execuções da obra deverá possuir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART para os serviços de execução (todos os itens pertinentes a obra e apresentados em projeto);
25. Local do Bota-Fora deverá respeitar todas as áreas de APP, ficando proibida qualquer intervenção nas mesmas;
26. O material de corte excedente não poderá ser comercializado;
27. O canteiro de obras não poderá estar dentro de área de APP;

ESTA LICENÇA NÃO AUTORIZA CORTE DE VEGETAÇÃO



Diretor de Meio Ambiente